

Escola de Sargentos das Armas

ESA

Formação de Sargentos Combatente/ Logística e Aviação

SUMÁRIO

MATEMÁTICA.....	19
■ NOÇÕES DE CONJUNTOS E DE RACIOCÍNIO LÓGICO.....	19
REPRESENTAÇÃO DE CONJUNTOS.....	19
CONJUNTO UNITÁRIO.....	19
CONJUNTO VAZIO.....	20
CONJUNTO UNIVERSO.....	20
CONJUNTOS IGUAIS.....	20
SUBCONJUNTOS.....	20
CONJUNTO DAS PARTES OU PARTIÇÃO.....	21
OPERAÇÕES.....	22
União.....	22
Interseção.....	22
Diferença.....	23
Complementar.....	24
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS E INTEIROS: OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS.....	24
NÚMEROS PRIMOS.....	27
FATORAÇÃO, NÚMERO DE DIVISORES E MÁXIMO DIVISOR COMUM.....	27
MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM.....	27
■ CONJUNTO DOS NÚMEROS.....	28
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS.....	28
CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS.....	28
REPRESENTAÇÃO NA RETA NUMÉRICA, MÓDULO, SIMÉTRICO E OPOSTO, REPRESENTAÇÃO DECIMAL, OPERAÇÕES COM INTERVALOS REAIS.....	28
CONJUNTO DOS NÚMEROS RACIONAIS: OPERAÇÕES FUNDAMENTAIS.....	28
RAZÕES E PROPORÇÕES, GRANDEZAS DIRETAMENTE E INDIETAMENTE PROPORCIONAIS.....	29
RAZÃO E PROPORÇÃO COM APLICAÇÕES.....	29
■ FUNÇÕES E GRÁFICOS.....	32
CONCEITO DE RELAÇÃO E FUNÇÃO.....	32

CONCEITO DOMÍNIO, CONTRADOMÍNIO E IMAGEM DE UMA FUNÇÃO.....	33
FUNÇÕES, INJETORAS, SOBREJETORA, BIJETORA	34
FUNÇÕES PARES E ÍMPARES	34
FUNÇÕES PERIÓDICAS E FUNÇÕES COMPOSTAS.....	34
FUNÇÃO CONSTANTE, FUNÇÃO CRESCENTE, FUNÇÃO DECRESCENTE	35
FUNÇÃO DEFINIDA POR MAIS DE UMA SENTENÇA.....	35
FUNÇÃO INVERSA.....	35
■ FUNÇÃO LINEAR, FUNÇÃO AFIM E FUNÇÃO QUADRÁTICA.....	36
GRÁFICOS, DOMÍNIO, IMAGEM E CARACTERÍSTICAS, VARIAÇÕES DE SINAL, MÁXIMOS E MÍNIMOS, INEQUAÇÃO PRODUTO E INEQUAÇÃO QUOCIENTE	36
■ FUNÇÃO MODULAR	46
DEFINIÇÃO, GRÁFICO, DOMÍNIO E IMAGEM DA FUNÇÃO MODULAR	46
EQUAÇÕES MODULARES.....	47
INEQUAÇÕES MODULARES	47
■ FUNÇÃO EXPONENCIAL.....	48
GRÁFICOS, DOMÍNIO, IMAGEM E CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO EXPONENCIAL	48
EQUAÇÕES E INEQUAÇÕES EXPONENCIAIS.....	49
■ FUNÇÃO LOGARÍTMICA.....	49
DEFINIÇÃO DE LOGARITMO, PROPRIEDADES OPERATÓRIAS, GRÁFICOS, DOMÍNIO, IMAGEM E CARACTERÍSTICAS DA FUNÇÃO LOGARÍTMICA	49
EQUAÇÕES E INEQUAÇÕES LOGARÍTMICAS	50
LOGARITMOS DECIMAIS	51
■ TRIGONOMETRIA.....	55
TRIGONOMETRIA NO TRIÂNGULO RETÂNGULO	55
ARCOS NOTÁVEIS	56
TRIGONOMETRIA NO TRIÂNGULO QUALQUER	58
Lei dos Senos.....	58
Lei dos Cossenos.....	58
FÓRMULAS DE ADIÇÃO DE ARCOS.....	59
FÓRMULAS DE ARCOS DUPLOS.....	60
FÓRMULAS DE ARCO METADE.....	61

TRANSFORMAÇÃO EM PRODUTO	62
UNIDADES DE MEDIDAS DE ARCOS E ÂNGULOS: O GRAU E O RADIANO	62
CÍRCULO TRIGONOMÉTRICO, RAZÕES TRIGONOMÉTRICAS E REDUÇÃO AO 1º QUADRANTE.....	63
TRIGONOMÉTRICAS, TRANSFORMAÇÕES, IDENTIDADES TRIGONOMÉTRICAS FUNDAMENTAIS	64
EQUAÇÕES E INEQUAÇÕES TRIGONOMÉTRICAS NO CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS, SISTEMAS DE EQUAÇÕES E INEQUAÇÕES TRIGONOMÉTRICAS E RESOLUÇÃO DE TRIÂNGULOS.....	70
■ CONTAGEM E ANÁLISE COMBINATÓRIA.....	72
FATORIAL, DEFINIÇÃO E OPERAÇÕES	72
PRINCÍPIOS MULTIPLICATIVO E ADITIVO DA CONTAGEM	72
ARRANJOS, COMBINAÇÕES E PERMUTAÇÕES.....	73
■ PROBABILIDADE	75
EXPERIMENTO ALEATÓRIO, EXPERIMENTO AMOSTRAL, ESPAÇO AMOSTRAL E EVENTO	75
PROBABILIDADE DE UM EVENTO QUALQUER	75
PROBABILIDADE EM ESPAÇOS AMOSTRAIS EQUIPROVÁVEIS	75
PROBABILIDADE DA UNIÃO DE DOIS EVENTOS	76
PROBABILIDADE CONDICIONAL.....	76
PROPRIEDADE DAS PROBABILIDADES	77
PROBABILIDADE DE DOIS EVENTOS SUCESSIVOS.....	77
EXPERIMENTOS BINOMIAIS	78
■ MATRIZES, DETERMINANTES E SISTEMAS LINEARES	78
DEFINIÇÕES	78
OPERAÇÕES COM MATRIZES (ADIÇÃO, MULTIPLICAÇÃO POR ESCALAR, TRANSPOSIÇÃO E PRODUTO).....	80
MATRIZ INVERSA	81
DETERMINANTE DE UMA MATRIZ: DEFINIÇÃO E PROPRIEDADES	82
SISTEMAS DE EQUAÇÕES LINEARES	82
■ SEQUÊNCIAS NUMÉRICAS E PROGRESSÕES	84
SEQUÊNCIAS NUMÉRICAS	84
PROGRESSÕES ARITMÉTICAS: TERMO GERAL, SOMA DOS TERMOS E PROPRIEDADES	84

PROGRESSÕES GEOMÉTRICAS (FINITAS E INFINITAS): TERMO GERAL, SOMADOS TERMOS E PROPRIEDADES	86
■ GEOMETRIA ESPACIAL DE POSIÇÃO	88
POSIÇÕES RELATIVAS ENTRE DUAS RETAS	88
POSIÇÕES RELATIVAS ENTRE DOIS PLANOS	88
POSIÇÕES RELATIVAS ENTRE RETA E PLANO	88
PERPENDICULARIDADE ENTRE DUAS RETAS, ENTRE DOIS PLANOS E ENTRE RETA E PLANO.....	88
PROJEÇÃO ORTOGONAL	89
■ GEOMETRIA ESPACIAL MÉTRICA.....	89
PRISMAS: CONCEITO, ELEMENTOS, CLASSIFICAÇÃO, ÁREAS E VOLUMES E TRONCOS	89
PIRÂMIDE: CONCEITO, ELEMENTOS, CLASSIFICAÇÃO, ÁREAS E VOLUMES E TRONCOS	91
CILINDRO: CONCEITO, ELEMENTOS, CLASSIFICAÇÃO, ÁREAS E VOLUMES E TRONCOS	92
CONE: CONCEITO, ELEMENTOS, CLASSIFICAÇÃO, ÁREAS E VOLUMES E TRONCOS	93
ESFERA: ELEMENTOS, SEÇÃO DA ESFERA, ÁREA, VOLUMES E PARTES DA ESFERA	95
INSCRIÇÃO E CIRCUNSCRIÇÃO DE SÓLIDOS	96
■ GEOMETRIA ANALÍTICA PLANA.....	96
PONTO: O PLANO CARTESIANO, DISTÂNCIA ENTRE DOIS PONTOS, PONTO MÉDIO DE SEGMENTO E CONDIÇÃO DE ALINHAMENTO DE TRÊS PONTOS.....	96
RETA: EQUAÇÕES GERAL E REDUZIDA, INTERSEÇÃO DE RETAS, PARALELISMO E PERPENDICULARIDADE E ÂNGULO ENTRE DUAS RETAS, DISTÂNCIA ENTRE PONTO E RETA E DISTÂNCIA ENTRE DUAS RETAS, BISSETRIZES DO ÂNGULO ENTRE DUAS RETAS, ÁREA DE UM TRIÂNGULO E INEQUAÇÕES DO PRIMEIRO GRAU COM DUAS VARIÁVEIS	97
CIRCUNFERÊNCIA: EQUAÇÕES GERAL E REDUZIDA, POSIÇÕES RELATIVAS ENTRE PONTO E CIRCUNFERÊNCIA, RETA E CIRCUNFERÊNCIA E DUAS CIRCUNFERÊNCIAS; PROBLEMAS DE TANGÊNCIA; E EQUAÇÕES E INEQUAÇÕES DO SEGUNDO GRAU COM DUAS VARIÁVEIS	100
ELIPSE: DEFINIÇÃO, EQUAÇÃO, POSIÇÕES RELATIVAS ENTRE PONTO E ELIPSE, POSIÇÕES RELATIVAS ENTRE RETA E ELIPSE	105
HIPÉRBOLE: DEFINIÇÃO, EQUAÇÃO DA HIPÉRBOLE, POSIÇÕES RELATIVAS ENTRE PONTO E HIPÉRBOLE, POSIÇÕES RELATIVAS ENTRE RETA E HIPÉRBOLE E EQUAÇÕES DAS ASSÍNTOTAS DA HIPÉRBOLE.....	107
PARÁBOLA: DEFINIÇÃO, EQUAÇÃO, POSIÇÕES RELATIVAS ENTRE PONTO E PARÁBOLA, POSIÇÕES RELATIVAS ENTRE RETA E PARÁBOLA	109
RECONHECIMENTO DE CÔNICAS A PARTIR DE SUA EQUAÇÃO GERAL.....	111
■ GEOMETRIA PLANA	114
ÂNGULO: DEFINIÇÃO, ELEMENTOS E PROPRIEDADES	114

PARALELISMO	115
PERPENDICULARIDADE.....	117
SEMELHANÇA DE TRIÂNGULOS	117
PONTOS NOTÁVEIS DO TRIÂNGULO	118
RELAÇÕES MÉTRICAS NO TRIÂNGULO RETÂNGULOS.....	119
RELAÇÕES MÉTRICAS NO TRIÂNGULO QUALQUER	119
TRIÂNGULOS RETÂNGULOS.....	120
TEOREMA DE PITÁGORAS.....	120
CONGRUÊNCIA DE FIGURAS PLANAS.....	121
FEIXE DE RETAS PARALELAS E TRANSVERSAIS	122
TEOREMA DE TALES.....	122
TEOREMA DAS BISSETRIZES INTERNAS E EXTERNAS DE UM TRIÂNGULO	123
QUADRILÁTEROS NOTÁVEIS.....	123
POLÍGONOS	125
POLÍGONOS REGULARES	126
CIRCUNFERÊNCIAS, CÍRCULOS E SEUS ELEMENTOS.....	127
PERÍMETRO	129
ÁREA DE POLÍGONOS	129
POLÍGONOS REGULARES	131
QUADRILÁTEROS NOTÁVEIS.....	132
CIRCUNFERÊNCIAS, CÍRCULOS E SEUS ELEMENTOS.....	133
FÓRMULA DE HERON	136
RAZÃO ENTRE ÁREAS.....	136
INSCRIÇÃO E CIRCUNSCRIÇÃO	137
■ POLINÔMIOS	138
FUNÇÃO POLINOMIAL	138
GRAU DE UM POLINÔMIO	138
VALOR NUMÉRICO DE UM POLINÔMIO	138
POLINÔMIO IDENTICAMENTE NULO	139
OPERAÇÕES COM POLINÔMIOS.....	139

DIVISÃO DE POLINÔMIOS	140
TEOREMA DO RESTO	140
TEOREMA DE D'ALEMBERT	140
DISPOSITIVO DE BRIOT-RUFFINI	141
RAÍZES RACIONAIS, RAIZ DE UM POLINÔMIO E ZEROS OU RAIZ DE UMA FUNÇÃO	141
TEOREMA FUNDAMENTAL DA ÁLGEBRA OU TEOREMA DA DECOMPOSIÇÃO	141
Identidade de um Polinômio	141
FATORAÇÃO E MULTIPLICIDADE DE RAÍZES, PRODUTOS NOTÁVEIS E MÁXIMO DIVISOR COMUM DE POLINÔMIOS	142
RELAÇÕES DE GIRARD	143
Relação entre Coeficientes e Raízes	143
■ EQUAÇÕES POLINOMIAIS.....	144
RAÍZES IMAGINÁRIAS	144
TEOREMA DE BOLZANO	144
■ CONJUNTO DOS NÚMEROS COMPLEXOS.....	145
OPERAÇÕES, MÓDULO, CONJUGADO DE UM NÚMERO COMPLEXO, REPRESENTAÇÕES ALGÉBRICA E TRIGONOMÉTRICA	145
REPRESENTAÇÃO NO PLANO DE ARGAND GAUSS, POTENCIALIZAÇÃO E RADICIAÇÃO. EXTRAÇÃO DE RAÍZES	147
FÓRMULAS DE MOIVRE	148
FORMA EXPONENCIAL DE UM NÚMERO COMPLEXO	149
FORMA POLAR DE UM NÚMERO COMPLEXO	149
RESOLUÇÃO DE EQUAÇÕES BINOMIAIS E TRINOMIAIS	150
■ BINÔMIO DE NEWTON.....	153
DESENVOLVIMENTO, COEFICIENTES BINOMIAIS E TERMO GERAL	153
■ NOÇÕES DE ESTATÍSTICA	154
TERMOS DE UMA PESQUISA ESTATÍSTICA.....	154
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA.....	154
MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL.....	156
MEDIDAS DE DISPERSÃO	163
ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE.....	166
PROBABILIDADE CONDICIONAL	168

■ NOÇÕES DE LÓGICA	171
PROPOSIÇÃO	171
PROPOSIÇÃO COMPOSTA – CONECTIVOS LÓGICOS.....	172
Condicionais.....	175
TAUTOLOGIAS	175
PROPOSIÇÕES LOGICAMENTE FALSAS.....	176
 PORTUGUÊS	 183
■ LEITURA, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE TEXTOS	183
LEITURA, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DOS SIGNIFICADOS PRESENTES EM UM TEXTO E O RESPECTIVO RELACIONAMENTO COM O UNIVERSO EM QUE O TEXTO FOI PRODUZIDO	183
■ FONÉTICA, ORTOGRAFIA E PONTUAÇÃO.....	185
CORRETA ESCRITA DAS PALAVRAS DA LÍNGUA PORTUGUESA	185
ACENTUAÇÃO GRÁFICA E PARTIÇÃO SILÁBICA.....	186
PONTUAÇÃO.....	187
■ MORFOLOGIA	189
ESTRUTURA E FORMAÇÃO DAS PALAVRAS.....	189
CLASSES DE PALAVRAS	193
■ MORFOSSINTAXE	214
FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO, TERMOS DA ORAÇÃO, ORAÇÕES DO PERÍODO (DESENVOLVIDAS E REDUZIDAS), FUNÇÕES SINTÁTICAS DO PRONOME RELATIVO, SINTAXE DE REGÊNCIA (VERBAL E NOMINAL), SINTAXE DE CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL) E SINTAXE DE COLOCAÇÃO.....	214
■ NOÇÕES DE VERSIFICAÇÃO	230
ESTRUTURA DO VERSO, TIPOS DE VERSO, RIMA, ESTROFAÇÃO E POEMAS DE FORMA FIXA.....	230
■ TEORIA DA LINGUAGEM E SEMÂNTICA.....	232
HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA; LINGUAGEM, LÍNGUA, DISCURSO E ESTILO; NÍVEIS DE LINGUAGEM, FUNÇÕES DA LINGUAGEM; FIGURAS DE LINGUAGEM E SIGNIFICADO DAS PALAVRAS.....	232
■ INTRODUÇÃO À LITERATURA	239
A ARTE LITERÁRIA, OS GÊNEROS LITERÁRIOS E A EVOLUÇÃO DA ARTE LITERÁRIA, EM PORTUGAL E NO BRASIL.....	239

■ LITERATURA BRASILEIRA	242
CONTEXTO HISTÓRICO, CARACTERÍSTICAS, PRINCIPAIS AUTORES E OBRAS DO QUINHENTISMO, BARROCO, ARCADISMO, ROMANTISMO, REALISMO, NATURALISMO, IMPRESSIONISMO, PARNASIANISMO, SIMBOLISMO, PRÉ-MODERNISMO E MODERNISMO.....	242
REDAÇÃO DISCURSIVA.....	265
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA.....	265
HISTÓRIA DO BRASIL	293
■ BRASIL COLÔNIA	293
OS POVOS INDÍGENAS BRASILEIROS	293
O Brasil Antes da Chegada dos Europeus.....	293
As Principais Nações Indígenas do Brasil Antes da Chegada dos Portugueses	293
PERÍODO PRÉ-COLONIAL	294
Expedições de Reconhecimento e Guarda Costa.....	294
Economia do Pau-Brasil.....	294
Expedição Colonizadora de Martim Afonso de Souza	295
PERÍODO COLONIAL - ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE COLONIAL	295
A Organização Administrativa Colonial Portuguesa no Brasil – Capitânicas Hereditárias; o Governo Geral e Órgãos Administrativos; as Câmaras Municipais	295
A Economia e Sociedade Açucareira.....	296
Escravidão Africana	296
A Economia e Sociedade Mineradora.....	297
Economias Complementares.....	297
CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL.....	297
Entradas e Bandeiras.....	297
Invasões Estrangeiras – Invasões Francesas; a Invasão Holandesa; a Insurreição Pernambucana: a Luta Contra o Invasor e a Gênese do Exército Brasileiro	298
As Questões de Limites entre Portugal e Espanha e a Formação das Atuais Fronteiras do Brasil: Tratados de Madri, El Pardo, Santo Ildefonso e Badajoz.....	299
AS REBELIÕES NATIVISTAS	299
Características; a Crise do Sistema Colonial Português; Principais Rebeliões Nativistas – Revolta de Beckman, Guerra dos Emboabas, Guerra dos Mascates e a Revolta de Vila Rica.....	299
MOVIMENTOS PRÓ-INDEPENDÊNCIA NO BRASIL	300
Caracterização; Influência Iluminista; Crise Econômica	300
Principais Movimentos Pró-Independência: Inconfidência Mineira e Conjuração Baiana.....	300

■ BRASIL IMPÉRIO	301
O PERÍODO JOANINO	301
A Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil; O Governo de D. João VI no Brasil: Política Interna e Externa; a Revolução do Porto e Partida da Família Real	301
A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL	302
Fatores que Levaram à Independência do Brasil	302
Revolução Pernambucana (1817)	302
O Grito do Ipiranga	303
O PRIMEIRO REINADO.....	303
Panorama Político-Partidário; a Constituição de 1824; Panorama Interno: Autoritarismo do Imperador, Crise Econômica	303
Panorama Externo: a Guerra da Cisplatina; a Guerra de Independência; a Abdicação de D. Pedro I.....	303
PERÍODO REGENCIAL.....	303
A Regência de D. Pedro; Panorama Político-Partidário Conflituoso: Restauradores, Liberais Moderados e Republicanos.....	303
A Regência Trina Provisória	304
A Regência Trina Permanente	304
O Ato Adicional de 1834	304
As Regências Unas	304
As Revoltas Regenciais: Cabanagem, Balaiada, Malês, Sabinada e Farroupilha	304
A Ação Pacificadora de Caxias: Balaiada, Farroupilha e Revoltas Liberais de 1842.....	304
O SEGUNDO REINADO.....	304
Antecipação da Maioridade de D. Pedro II	304
Panorama Político-Partidário do II Império: Conservadores e Liberais; Rivalidades Iniciais; as Revoltas Liberais de 1842; Conciliação; O Parlamentarismo Brasileiro.....	304
A Economia e Sociedade Cafeeiras.....	305
A Breve Era Mauá.....	305
Política Externa: Campanha Contra Oribe e Rosas; a Questão Christie; a Campanha Contra Aguirre; a Guerra da Tríplice Aliança; o Comando Vitorioso de Caxias na Guerra da Tríplice Aliança.....	305
A Imigração Europeia.....	306
A Abolição da Escravatura	306
A Crise do Império: Questão Religiosa; Republicanismo; Questão Militar; Positivismo; a Proclamação da República.....	306
■ BRASIL REPÚBLICA.....	307
A REPÚBLICA VELHA.....	307
A República da Espada: os Governos de Deodoro e de Floriano Peixoto	307
Guerras de Canudos (1896 - 1898) e Contestado (1912 - 1916).....	308

As Revoltas da Armada	309
O Tenentismo, as Revoltas de 1922 - 1924 e a “Coluna Prestes”	309
A Revolução Federalista	309
A República Oligárquica: Caracterização: “Coronelismo”, “Voto de Cabresto”, Política do “Café com Leite”, Política de Valorização do Café, “Política dos Governadores”; a Constituição de 1891	309
Algumas Revoltas Sociais da República Velha: Revolta da Chibata, Revolta da Vacina, o Fenômeno do Cangaço	310
A Ruptura Oligárquica e a Revolução de 1930	311
O Processo de Industrialização Brasileiro.....	311
A ERA VARGAS	315
O Governo Provisório; a Revolução Constitucionalista de 1932; Governo Constitucional de Vargas; a Constituição de 1934; Radicalização Ideológica: Comunistas Versus Integralistas; a Intentona Comunista de 1935; a Revolta Integralista de 1938	315
O Estado Novo (1937 - 1945); a CLT; a Saída de Vargas do Poder	316
O Brasil na II Guerra Mundial: Fatores que Levaram o Brasil a Participar do Conflito; a Campanha da FEB.....	317
A REPÚBLICA BRASILEIRA ENTRE 1945 E 1985	317
Governo Dutra	317
Segundo Governo Vargas	318
Governo JK.....	318
Governo Jânio	319
Governo “Jango”	320
Movimento Militar de 31 de Março de 1964	321
Governo Castello Branco	321
Governo Costa e Silva.....	322
Governo Médici	322
Governo Geisel	322
Governo Figueiredo.....	323
A NOVA REPÚBLICA (DE 1985 ATÉ 2000)	323
O Governo Sarney; Crise e Hiperinflação da Década de 80; os Planos Cruzado, Bresser e Verão – Caracterização e Razões do Insucesso	323
A Constituição de 1988	324
O Governo Collor; o Plano Collor; o Impeachment de Collor; o Governo Itamar Franco	324
O Plano Real; os Governos de Fernando Henrique Cardoso até os Dias Atuais.....	324
GEOGRAFIA DO BRASIL.....	331
 O ESPAÇO NATURAL, RECURSOS ESTRATÉGICOS E IMPACTOS AMBIENTAIS.....	331
 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO.....	331

Posição Geográfica.....	331
Limites e Fusos Horários.....	331
ESTRUTURA GEOLÓGICA, GEOMORFOLOGIA.....	332
Origem, Formas E Classificações Do Relevo	332
TIPOS DE SOLOS BRASILEIROS	334
A ATMOSFERA E OS CLIMAS	335
Fenômenos Climáticos.....	335
Os Climas no Brasil.....	338
BIOMAS, HOTSPOTS E BIODIVERSIDADE	338
Distribuição da Vegetação	338
Características Gerais dos Domínios Morfoclimáticos.....	340
RECURSOS HÍDRICOS	347
Bacias Hidrográficas.....	347
Aquíferos	347
Hidrovias.....	347
DEGRADAÇÃO AMBIENTAL	351
O APROVEITAMENTO ECONÔMICO DOS RECURSOS NATURAIS E AS ATIVIDADES ECONÔMICAS	351
Os Recursos Minerais.....	351
FONTES DE ENERGIA, MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA E MEIO AMBIENTE.....	351
O Setor Mineral e os Grandes Projetos de Mineração.....	353
■ O ESPAÇO ECONÔMICO	353
A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL.....	353
Ciclos Econômicos e a Expansão do Território	353
Da Cafeicultura ao Brasil Urbano Industrial	355
Integração Territorial.....	356
A INDUSTRIALIZAÇÃO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	356
MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES, ABERTURA PARA INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS	356
Dinâmica Espacial da Indústria.....	356
Polos Industriais	356
A Indústria nas Diferentes Regiões Brasileiras e a Reestruturação Produtiva	356
AGRICULTURA BRASILEIRA	357

Dinâmicas Territoriais Da Economia Rural.....	357
A Modernização da Agricultura.....	358
Êxodo Rural.....	359
Agronegócio e a Produção Agropecuária Brasileira.....	359
COMÉRCIO.....	360
Globalização E Economia Nacional.....	360
Comércio Exterior.....	360
Integração Regional (Mercosul e Principais Parceiros Econômicos).....	361
Eixos de Circulação e Custos de Deslocamento.....	361
■ O ESPAÇO POLÍTICO.....	363
FORMAÇÃO TERRITORIAL.....	363
Território, Fronteiras, Faixa de Fronteiras.....	363
Mar Territorial.....	363
Zona Econômica Exclusiva Brasileira (ZEE).....	363
ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA, ESTADOS, MUNICÍPIOS, DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS FEDERAIS.....	364
A DIVISÃO REGIONAL, SEGUNDO O IBGE, E OS COMPLEXOS REGIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	367
■ O ESPAÇO HUMANO.....	370
DEMOGRAFIA.....	370
Transição Demográfica.....	370
Crescimento Populacional.....	370
Estrutura Etária e Política Demográfica.....	371
Mobilidade Espacial (Migrações Internas e Externas).....	371
MERCADO DE TRABALHO.....	373
Estrutura Ocupacional.....	373
DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	374
Os Indicadores Socioeconômicos.....	374
Rede Urbana, Hierarquia Urbana e Regiões Metropolitanas.....	376
REGIÕES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO (RIDE), ESPAÇO URBANO E PROBLEMAS URBANOS.....	377
INGLÊS.....	383
■ SUBSTANTIVOS (NOUNS).....	383

GÊNERO	383
SUBSTANTIVOS CONTÁVEIS, INCONTÁVEIS E NÚMERO DOS SUBSTANTIVOS CONTÁVEIS NO SINGULAR E NO PLURAL	384
CASO GENITIVO/POSSESSIVO COM O GENITIVO SAXÃO'S E COM A PREPOSIÇÃO OF	385
■ PRONOMES (PRONOUNS).....	386
PRONOMES PESSOAIS	386
PRONOMES REFLEXIVOS	386
PRONOMES E ADJETIVOS DEMONSTRATIVOS.....	387
PRONOMES E ADJETIVOS POSSESSIVOS	387
PRONOMES E ADJETIVOS INTERROGATIVOS (QUESTION WORDS).....	388
ADJETIVOS INDEFINIDOS E PRONOMES INDEFINIDOS.....	389
QUANTIFICADORES.....	390
■ ARTIGOS (ARTICLES)	391
ARTIGO DEFINIDO THE	391
ARTIGO INDEFINIDO A/AN.....	392
■ ADJETIVOS (ADJECTIVES): FORMAS E USOS, POSIÇÃO DOS ADJETIVOS E GRAUS DO ADJETIVO	393
■ ADVÉRBIOS (ADVERBS): FORMAS E USOS, POSIÇÃO DOS ADVÉRBIOS E GRAUS DO ADVÉRBIO	398
■ VERBOS (VERBS)	402
VERBOS NO TEMPO PRESENTE SIMPLES (SIMPLE PRESENT)	402
VERBOS NO PRESENTE CONTÍNUO (PRESENT CONTINUOUS)	405
VERBOS NO PASSADO SIMPLES (PAST SIMPLE).....	406
VERBOS NO PASSADO CONTÍNUO (PAST CONTINUOUS)	407
VERBOS NO FUTURO IMEDIATO (FUTURE WITH GOING TO) E VERBOS NO FUTURO COM SHALL/WILL (SIMPLE FUTURE).....	408
VERBOS NO PRESENTE PERFEITO (PRESENT PERFECT).....	409
VERBOS MODAIS.....	410
Can	410
May	410
Could.....	410
Might.....	410

Should.....	410
Must.....	410
Would.....	411
Will.....	411
Ought To.....	411
VERBOS NO MODO IMPERATIVO (IMPERATIVE).....	411
FORMAS DO INFINITIVO E GERÚNDIO (INFINTIVE AND GERUND).....	411
VERBOS FRASAIS (PHRASAL VERBS).....	412
TAG QUESTIONS.....	412
■ PREPOSIÇÕES (PREPOSITIONS).....	417
PREPOSIÇÕES DE TEMPO, LUGAR.....	417
COLOCAÇÃO DE VERBOS COM PREPOSIÇÕES.....	418
PREPOSIÇÕES DE MOVIMENTO E FORMAS DE TRANSPORTE.....	420

HISTÓRIA DO BRASIL

BRASIL COLÔNIA

OS POVOS INDÍGENAS BRASILEIROS

O Brasil Antes da Chegada dos Europeus

Os tupis, por habitarem o litoral e terem sido os primeiros a entrarem em contato com os colonizadores, são os mais conhecidos e descritos nos documentos da época. Sobre eles, temos conhecimento graças às descrições feitas por padres, viajantes e funcionários da Coroa portuguesa que resultaram em uma imagem dos povos pré-cabralinos, como se todos fossem iguais. O que sabemos sobre eles serve de base para o entendimento das demais sociedades tribais.

A organização social básica era a tribo, que se subdividia em aldeias ou tabas, cada uma delas com um chefe. A aldeia era formada por um conjunto de quatro a sete ocas, dispostas de forma circular, delimitando uma praça central — a ocara — onde eram realizadas as cerimônias religiosas, as festas e a reunião dos líderes para decidir uma guerra ou migração. Geralmente, em torno da aldeia, era levantada uma cerca de troncos — a caiçara — com a finalidade de defendê-la.

As aldeias ligadas entre si por parentesco, costumes e tradição formavam uma tribo. O parentesco garantia a manutenção do modo de ser do grupo e perpetuava-se através de uniões obrigatórias com pessoas de fora. A relação de parentesco criava a relação de aliança grupal, na qual o casamento significava uma possibilidade de reforço do poderio do grupo. A família era patriarcal e o casamento poligâmico em algumas comunidades e monogâmico em outras.

A chefia realizava a organização interna da aldeia. Entre os tupis, a chefia era exercida pelos homens mais velhos e os líderes guerreiros. Eles tomavam as decisões sobre a guerra, a migração, as grandes caçadas e o sacrifício dos inimigos.

Para prover a sua alimentação, os povos indígenas caçavam, pescavam e coletavam crustáceos, frutos e raízes. A divisão do trabalho nas aldeias obedecia a dois critérios: sexo e idade. Os homens derrubavam as matas, preparavam o terreno para o plantio, caçavam, pescavam, guerreavam e confeccionavam canoas, arcos, flechas e adornos. As mulheres plantavam, colhiam, faziam cestaria e cerâmica. Quanto às crianças, a divisão entre meninos e meninas ocorria a partir dos cinco anos de idade, quando as meninas brincavam e ajudavam as mulheres em seus trabalhos e os meninos seguiam o exemplo dos homens, buscando aprender sobre a caça e a pesca.

Quando os recursos próximos à aldeia se esgotavam, migravam para outro lugar. O nomadismo da população indígena também ocorria pela procura de um lugar ideal e quase utópico, chamado “terra sem mal”, onde teriam prosperidade constante. Os indígenas procuravam lugares próximos aos rios e lagos, para ter acesso mais fácil à caça e, eventualmente, à agricultura. A chegada em um território ocupado por outra comunidade podia gerar guerras.

Os povos indígenas estavam muito envolvidos com a natureza e tinham uma maneira peculiar de entendê-la, por meio de uma concepção mítica de mundo. A própria natureza era tida como uma dádiva das divindades ou transformava-se na própria divindade, como a mãe-terra. Portanto, a religião indígena pode ser classificada como politeísta.

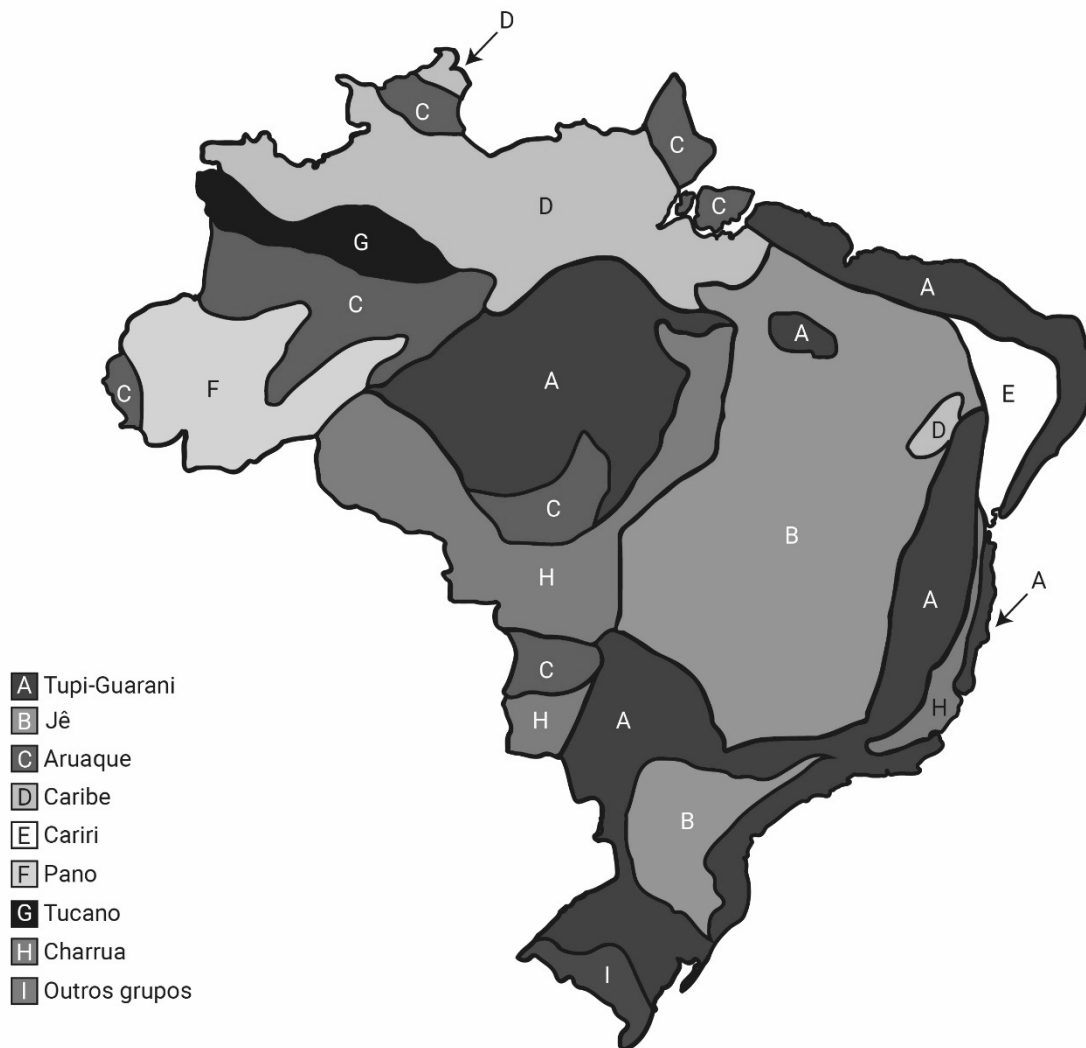
Nas épocas de plantio, de colheita, de caça, ou nas estações de chuva ou de seca, os membros da aldeia se reuniam e os pajés, líderes religiosos, relatavam as lendas e os mitos de cultura. O pajé, preocupado em manter vivas as tradições tribais, usava vestimentas especiais, como mantos, plumas coladas ao corpo, máscaras de madeira, visando à transmissão de sua mensagem. Também bebia o cauim, fumava o tabaco, cantava, dançava e invocava os mitos. O ambiente revestia-se dessa atmosfera mágica e religiosa, a fim de agradecer a chuva, uma boa colheita ou a decisão do conselho de chefes para migração.

As Principais Nações Indígenas do Brasil Antes da Chegada dos Portugueses

Os povos indígenas que ocupavam o território do Brasil podem ser classificados em quatro grandes troncos linguísticos, a saber:

- **Tupi:** viviam no litoral e foram os primeiros a entrar em contato com os portugueses. Utilizavam-se da pesca, caça e coleta na mata. Eram considerados desse tronco os tamoios, os guaranis, os tupinambás, os tabajaras, entre outros;
- **Macro-Jê:** algumas comunidades viviam na Serra do Mar, mas se localizavam, principalmente, no Planalto Central. Apenas no século XVII, foi que os grupos macro-jê passaram a ser atacados, por conta da escravização indígena. Eram considerados desse tronco os timbiras, os aimorés, os Goitacazes, os carijós, os carajás, os bororós, os botocudos, entre outros;
- **Karib:** ocupavam a região da Planície Amazônica, além dos atuais Amapá e Roraima. Bastante hostis aos invasores, praticavam, inclusive, a antropofagia. Assim como os macro-jê, entraram em contato com os brancos no século XVII, por conta dos aldeamentos religiosos e das fortificações militares. Eram considerados desse tronco os atroari e os uaimiri;

- **Aruak:** estabeleciam-se na região amazônica e na Ilha de Marajó, com destaque para seus utensílios em cerâmica. Eram considerados desse tronco os aruá, pareci, cunibó, guaná e terena.



Fonte: Atlas Histórico Escolar. 8ª ed. Rio de Janeiro: FAE, 1991. p. 12.

I PERÍODO PRÉ-COLONIAL

Expedições de Reconhecimento e Guarda Costa

O rei de Portugal quase nada sabia sobre a nova terra e suas riquezas. As notícias contidas nos documentos da época eram insuficientes em informações. No entanto, interessada na continuação do comércio asiático, a Coroa organizou expedições exploradoras, com a finalidade de fazer um reconhecimento geográfico e econômico do Brasil. Portugal desconhecia os potenciais da Nova Terra, mas a manutenção dessa colônia era importante como defesa da sua rota no Atlântico Sul.

A primeira expedição exploradora veio para o Brasil em 1501, comandada por Gaspar de Lemos. Esse navegou grande parte do nosso litoral, dando nome a uma série de acidentes geográficos, entre eles: Cabo de São Roque, Cabo de Santo Agostinho, Baía de Todos os Santos e Cabo de São Tomé, e constatou a presença de florestas de pau-brasil. No ano seguinte, Portugal permitiu que a exploração de pau-brasil, um monopólio real, fosse feita por mercadores de Lisboa — os cristãos novos, isto é, judeus convertidos ao cristianismo. Essa exploração seria feita sob a forma de arrendamento, por um prazo de três anos. O arrendatário era obrigado a enviar anualmente uma expedição de seis navios e a estabelecer feitorias fortificadas no litoral.

O primeiro arrendatário foi Fernão de Noronha, que, em 1503, financiou uma expedição, sob o comando de Gonçalo Coelho. Foram localizadas florestas de pau-brasil e um dos membros da expedição, Américo Vespúcio, fundou uma feitoria em Cabo Frio, hoje no estado do Rio de Janeiro. O arrendamento fracassou, porque o grupo arrendatário não conseguiu proteger o litoral, constantemente atacado por estrangeiros, principalmente corsários franceses.

Economia do Pau-Brasil

Para a exploração do pau-brasil, a primeira fase da chegada portuguesa é caracterizada pela instituição das feitorias após a chegada da esquadra de Cabral em 22 de abril de 1500, até a instituição das capitanias hereditárias. Essas feitorias eram fortificações militares que visavam garantir o domínio sobre uma área e explorá-la. Foram construídas em Porto Seguro, Cabo Frio e Iguazu, fazendo a extração não apenas de pau-brasil, mas também

do jacarandá, que possuíam valor para a fabricação de embarcação, móveis, além da tinta do pau-brasil para tecidos. A mão de obra empregada foi a indígena, que trocava produtos europeus em força de trabalho e permissão no uso da madeira; essa relação ficou conhecida como **escambo**.

Expedição Colonizadora de Martim Afonso de Souza

Na década de 1530, o comércio asiático estava em crise. Devido a esse fato, a Coroa de Portugal deu início à colonização do Brasil, que deveria se tornar lucrativa. Com esse objetivo, foi enviada, em 1530, a expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza, para distribuir sesmarias, colocar fim ao contrabando dos franceses, promover uma nova atividade econômica, implantando a agricultura colonial de exportação da cana-de-açúcar, policiar a costa brasileira e reconhecê-la geograficamente, averiguando os limites do Tratado de Tordesilhas, e fundar núcleos de povoamento.

Martim Afonso de Souza fundou a vila de São Vicente em 1532, organizou a administração, deu início à plantação da cana-de-açúcar e organizou o primeiro engenho do Brasil, o engenho do Governador.

PERÍODO COLONIAL - ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E SOCIEDADE COLONIAL

A Organização Administrativa Colonial Portuguesa no Brasil – Capitânicas Hereditárias; o Governo Geral e Órgãos Administrativos; as Câmaras Municipais

- **Capitânicas Hereditárias e Governo Geral e seus órgãos Administrativos**

O território da América Portuguesa frequentemente sofria invasões de corsários de variadas nacionalidades, ficando evidente para a Coroa a necessidade de apossar-se efetivamente do território, uma vez que apenas o tratado de Tordesilhas não frearia as incursões e estabelecimentos não autorizados. Neste sentido, foram criadas frentes colonizadoras independentes, que apresentavam pouca comunicação entre si, relacionando-se imediatamente apenas com a metrópole. O sistema administrativo pelo qual se optou foram as chamadas capitânicas hereditárias, forma de administração realizada em outros domínios lusitanos. A Coroa não tinha recursos necessários para realizar a exploração de tão amplos domínios, por isso doou lotes de terras a particulares que, com seus recursos econômicos e humanos, deveriam primar pelo desenvolvimento dos espaços. Ademais, os lotes de terra eram hereditários.

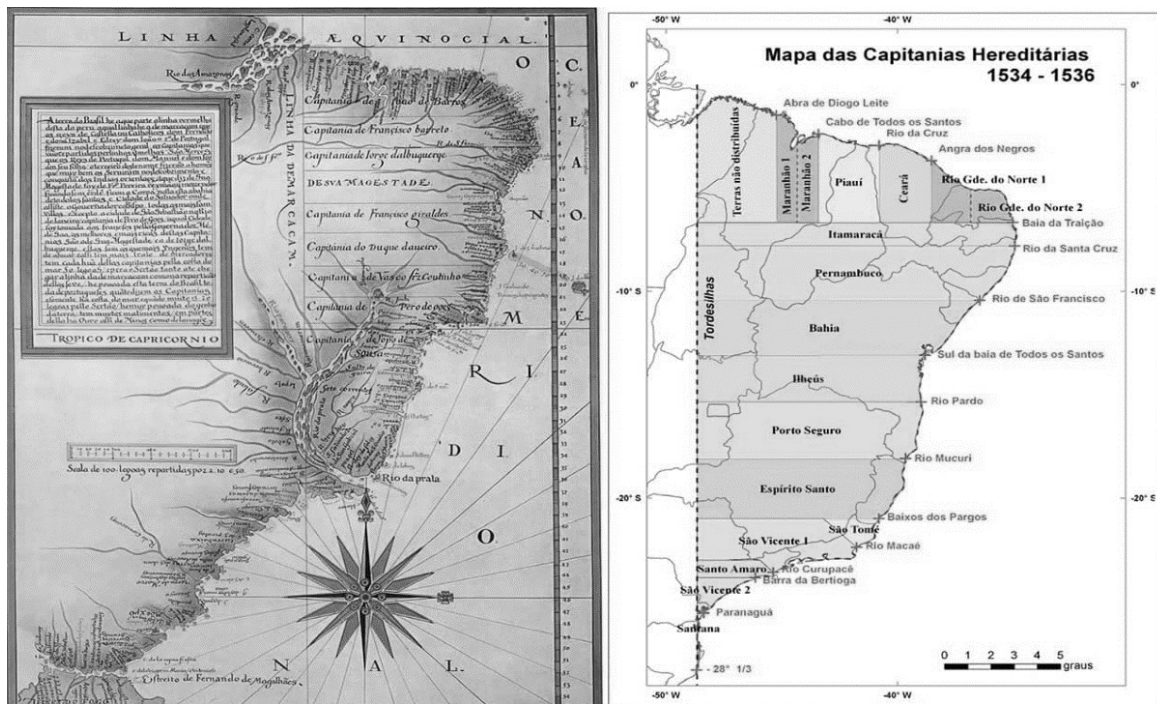


Figura 10 – Proposta do novo mapa das capitânicas hereditárias. Desenho do autor.

Fonte: Grupo Escolar1.

O território da América Portuguesa foi dividido em quinze lotes, sendo quatorze capitânicas, que, por sua vez, eram administradas por doze donatários. O donatário era o responsável com poder proeminente e, além do uso da terra, também administrava o trabalho indígena. As capitânicas não se relacionavam entre si e o distanciamento era evidente e preocupante, de modo que, em 1572, a Coroa Portuguesa fragmentou a administração em dois governos-gerais: o Governo do Norte, no qual a capital se localizava em Salvador e que era composto da Capitania da Baía até a capitania do Maranhão, e o Governo do Sul, sediado no Rio de Janeiro e composto pela região de Ilhéus até o sul. Ademais, reuniam-se regiões que não pareciam pertencer ao mesmo espaço administrativo e político.

1 Disponível em: <https://www.grupoescolar.com/pesquisa/capitanias-hereditarias.html>. Acesso em: 9 fev. 2022.

● Câmaras Municipais

As Câmaras Municipais existiam nos principais núcleos urbanos do Brasil: São Vicente, Porto Seguro, Ilhéus, Olinda, Salvador, Vitória, São Paulo e Rio de Janeiro. Eram órgãos representativos, formados por vereadores, tesoureiros e escrivães subordinados ao Juiz Ordinário. Todas essas pessoas eram escolhidas pelos “homens bons”. Esses eram proprietários de grandes extensões de terras, que se constituíam na elite local e, por isso, eram os donos do poder local. Até a última década do século XVII, o cargo mais importante da Câmara era o de Juiz Ordinário. Era de sua competência a aplicação da lei no nível do município. Os vereadores determinavam os impostos, fiscalizavam os oficiais da municipalidade e aplicavam as leis.

A Economia e Sociedade Açucareira

O açúcar não foi, nos primeiros anos de colonização, apenas um produto produzido na colônia. Ele era responsável pelo surgimento de códigos, costumes e hábitos. Foi apenas no século XVI que se desenvolveu o hábito, na Europa, do consumo do açúcar feito da cana, que passou de produto de requinte para um uso frequente no cotidiano das pessoas.

Como já foi exposto, depois dos primeiros trinta anos, reconheceu-se a necessidade de povoar, ao menos, a faixa litorânea de terra da nova colônia, para, assim, evitar invasões estrangeiras que começavam a crescer. Contudo, já não se pretendia apenas povoar a colônia, passava-se, também, a uma forma de colonização que visava outro objetivo: o ganho monetário. O projeto colonial tomava contornos de empresa colonial, exigindo maior investimento para a produção de produtos que deveriam ser exportados para o mercado europeu. A produção era, portando, direcionada para fora da colônia.

Formaram-se grandes centros produtivos, os chamados latifúndios, que se dedicavam à produção de apenas um produto em grande escala. Esse produto seria, de início, a cana-de-açúcar. A partir de então, o empreendimento do açúcar estabeleceu-se no Nordeste da América Portuguesa.

Alguns pontos tornaram o empreendimento açucareiro mais feliz na região nordeste: a proximidade com a metrópole e o clima e a hidrografia fundamentais para o transporte do produto internamente. Nesse momento, Portugal concentrou sua atenção no Brasil e no empreendimento açucareiro, estabelecendo um monopólio. Contudo, mesmo que a Coroa tenha tentado controlar todo o processo de produção e mercantilização de açúcar, isso não ocorreu, uma vez que os holandeses eram responsáveis pela comercialização, no exterior, do produto produzido na colônia portuguesa.

O tabaco também foi um produto importante para o sistema econômico colonial, visto que era um produto importante a ser trocado por africanos a serem escravizados, assim como a cachaça. Além disso, não havia possibilidade de tal produto disputar com o monopólio do açúcar.

A partir do século XVI, toda a empresa colonial seria sustentada pelo empreendimento do açúcar: a formação de cidades e vilas, a divisão do território e a relação entre os grupos sociais. Até 1763, quando a capital passou para o Rio de Janeiro, era em Salvador que se desenvolviam as atividades administrativas. Ainda assim, nos primeiros anos da colonização, o

poder efetivo estava localizado na casa-grande e no engenho. Assim, os senhores de engenho tornaram-se o grupo social mais destacado, embora sua posição não tivesse surgido de um arranjo hereditário, como era o caso da nobreza europeia.

No contexto colonial, no qual a economia era sustentada pelo trabalho forçado, ser branco e não desempenhar trabalho braçal já indicava alguma ascensão social, pelo menos, para o “povo”. Havia trabalhos que eram desempenhados apenas por cativos, fossem eles indígenas ou africanos. Assim, nessa sociedade marcada pelo escravismo, a cor tornou-se logo um indicador social.

Ademais, se a díade senhores e escravizados era central nessa sociedade constituída sob o empreendimento açucareiro, havia, também, ao redor, os agregados do senhor, pessoas que, embora não tivessem relevância econômica, eram importantes para o desempenho político e social dos senhores de engenho. Eram, sobretudo, parentes destituídos de terra, comerciantes, homens livres que não possuíam autonomia social e que viviam sob a proteção do senhor e lhe davam influência política.

Escravidão Africana

A escravidão era conhecida pelos europeus, pelo menos, desde a Grécia e Roma antigas. Contudo, a forma assumida na América portuguesa, sobretudo no empreendimento açucareiro, trouxe características específicas. Em primeiro lugar, desde o início do tráfico atlântico, no século XVI, até seu término no século XIX, a taxa de nascimento entre os cativos foi negativa, em razão, principalmente, das mortes precoces e da violência do sistema.

A escravização atlântica demonstrava novos padrões e intensidade: os escravizados eram destituídos de suas famílias, sociedades, comunidades e desraizados de tudo o que conheciam. A grande diferença trazida pela escravidão atlântica moderna consistiu em fazer do trabalho compulsório a base de todo o sistema econômico da colônia: era a partir do trabalho escravizado que, primeiro nos engenhos, depois, na mineração, e em todas as atividades econômicas importantes, se construía a economia da colônia.

A escravidão também era uma instituição presente na África, porém, mais uma vez, trazia características muito diversas daquelas apresentadas pela escravidão atlântica. Nesse continente, o sistema de escravidão constituía-se em relação ao pertencimento e parentesco: de modo muito genérico, ser escravo significava “não pertencer”, “estar à margem”, mas essa era uma condição que poderia mudar, pois um escravizado poderia ser absolvido pela sociedade.

Com a indústria do açúcar, o trabalho escravo passou a ser essencial, sustentando toda a economia, no entanto se acreditava que não era possível mantê-la tão lucrativa sem o trabalho compulsório. O tráfico atlântico inaugurou, também, um nível de violência das relações escravistas sem precedentes.

Os cativos eram capturados no interior do continente africano e levados para a costa. Lá, eram embarcados em navios para o Novo Mundo, onde desempenhariam o trabalho conscrito. Muitos escravizados morriam na longa viagem pelo Atlântico, fosse pelas condições péssimas de higiene, fosse pela falta de mantimentos ou doenças. Mas, dentro dos porões dos Navios Negreiros essas pessoas também criavam

laços com os outros cativos, mesmo que muitas vezes fossem trazidos de partes diferentes do continente, iniciando-se ali a resistência ao regime.

Embora já existissem rotas de comércio de escravizados controladas por muçulmanos na África, os portugueses criaram várias feitorias e portos no litoral do continente, para suprir a constante demanda de mão-de-obra escravizada no Novo Mundo, dominando o comércio atlântico. Assim, para a América portuguesa, vieram, sobretudo, escravizados da Senegâmbia e costa ocidental da África.

Se os jesuítas tentaram proteger, em alguma medida, as populações indígenas do trabalho forçado, o mesmo não aconteceu com os negros escravizados. A Igreja fazia coro ao discurso que compreendia a imposição do trabalho forçado aos africanos como uma maneira de civilizá-los e impor-lhes disciplina.

O trabalho compulsório, por si só, já dava, ao cotidiano, tons de violência. Contudo, a ordem e disciplina eram mantidas pela constante ameaça de castigos, comunitários ou não, além de várias técnicas violentas, como a manutenção dos cativos acorrentados. Porém, isso não significa que os escravizados não criaram formas de resistência, seja ela solitária ou em grupo.

É necessário compreender a resistência tanto nos atos individuais de insubordinação diários, quanto nas revoltas e quilombos. Ainda, é preciso atentar-se para a complexidade das relações entre escravizados e senhores: os espaços urbano e rural traziam diferenças significativas, sendo que o escravo urbano possuía algum nível de mobilidade maior; pois, por vezes, desempenhava trabalhos que exigiam que se afastasse dos senhores, enquanto, nas zonas rurais, o trabalho tendia a ser mais pesado e policiado. O sistema escravista sustentava-se pela violência em um misto de paternalismo e hierarquia.

A resistência coletiva dos escravos originou os chamados quilombos (em Angola, um tipo de acampamento militarizado) ou mocambos (que significava esconderijo). Na América portuguesa, os quilombos foram agrupamentos de escravizados fugidos, que tentavam escapar do violento sistema. Esses escravizados se mantinham à margem da sociedade, em lugares de acesso difícil, sem, contudo, perderem as relações de proximidade com vilarejos e comunidades das proximidades.

A Economia e Sociedade Mineradora

Os bandeirantes encontraram ouro na região de Minas Gerais por volta de 1698, o que levou a um grande fluxo migratório, em que milhares de portugueses se deslocaram para as minas e intensificou-se o tráfico de escravizados da África. A população da região chegou a 300 mil habitantes, sendo que 50% desse montante eram escravos.

A vinda de forasteiros causou tensão entre os bandeirantes paulistas e os “emboabas” portugueses sobre o direito de exploração do ouro, assim eclodiu, entre 1707 e 1709, a Guerra dos Emboabas. Derrotados e expulsos, os bandeirantes deslocaram-se para oeste do território, onde encontram ouro em Cuiabá (1717) e em Goiás Velho (1721).

Após o episódio, a Coroa Portuguesa reforçou o seu domínio com a tributação (a quinta sobre a onça de ouro extraída), o impedimento de que vilas se tornassem cidades (exigindo mais autonomia), a construção da Estrada Real (primeiro, entre Parati e Ouro Preto, e

depois, entre Rio de Janeiro e Diamantina) e a mudança da sede do governo-geral para o Rio de Janeiro (1763). O mercado interno tornou-se mais integrado para o abastecimento da Capitania das Minas.

Com o declínio do ciclo do ouro por volta de 1770, a população espalhou-se, principalmente, para o sul de Minas e para a Zona da Mata. Outra consequência foi a cultural, com o florescimento das artes, em especial na arquitetura com Aleijadinho.

Economias Complementares

● **Economia Pecuária**

Com o estabelecimento do governo-geral, foi adotada a prática de doar sesmarias (grandes porções de terra) destinadas à pecuária em áreas do interior. Houve pecuária em vários locais onde se estabeleceram colonos.

No Nordeste, essa atividade ocupou uma vasta área do interior desde a Bahia até Piauí e Goiás. São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul também eram núcleos importantes. Com o declínio do Ciclo do Ouro em Minas Gerais, a pecuária acabou sendo uma importante atividade no atual sul do estado.

CONSOLIDAÇÃO TERRITORIAL

Entradas e Bandeiras

Uma questão fundamental na colonização portuguesa diz respeito ao trato dos indígenas pelos colonos, pois enquanto estes queriam escravizar as populações nativas, as missões jesuíticas procuravam protegê-los do trabalho forçado e encaminhá-los à catequese. A concepção de trabalho das sociedades indígenas era um tanto diferente da concepção europeia, já que não havia nessas sociedades interesse imediato por excedentes e sua produção se caracterizava por uma concepção coletiva de fabrico e consumo.

Muitos indígenas, ao terem contato com os colonizadores, foram se retirando para o interior, procurando escapar do trabalho compulsório. Uma questão se mostrou central nesse contexto: a necessidade cristã de catequização das populações indígenas. Para a Igreja, esses indivíduos eram importantes “novos fiéis” que precisavam ser encaminhados.

Muito embora se tenha encorpado o discurso que diz respeito à substituição do trabalho indígena pelo trabalho, também compulsório, dos africanos, o que de fato se percebe nas pesquisas historiográficas é que uma ação não anulou a outra, pois ambas as populações foram utilizadas como mão de obra forçada.

Um exemplo notável do processo de escravização indígena pode ser apontado pelas atividades dos bandeirantes, da região de São Paulo. Os bandeirantes adentravam o interior – os sertões – procurando por indígenas e assaltando as missões jesuítas que transportavam os indígenas, onde eram criadas vilas em que trabalhavam e eram catequizados. Assim, as duas categorias, colonos e jesuítas, se viam em constante litígio.

Há que se dizer que a posição de defesa da Igreja, em relação aos indígenas, freou, em alguma medida, as ações bandeirantes, fazendo a atenção voltar-se para o tráfico atlântico, que causava menos incômodo moral que o trabalho compulsório indígena que, é preciso reiterar, continuou a existir.

Invasões Estrangeiras — Invasões Francesas; a Invasão Holandesa; a Insurreição Pernambucana: a Luta Contra o Invasor e a Gênese do Exército Brasileiro

Desde o início da chegada dos portugueses à América, a costa da colônia fora alvo de inúmeras invasões estrangeiras, de povos franceses, ingleses, holandeses, entre outros. Contudo, o inconveniente não vinha apenas dos piratas, pois a França já havia tentado quebrar o Tratado de Tordesilhas por duas vezes e os holandeses também não ficaram para trás.

A primeira tentativa da França de colonização da América Portuguesa ficou conhecida como França Antártica, e foi empreendida por Nicolas Durand de Villegagnon, que desembarcou no Rio de Janeiro em 1555 e permaneceu lá por três anos: um período curto, mas que trouxe muitas repercussões no que se refere ao imaginário em relação aos grupos indígenas. Em 1612, a França realizou a segunda invasão, dessa vez em São Luís, no Maranhão. Ali, tentaram instalar a França Equinocial, começando por instituir uma feitoria na ilha de São Luís e se relacionando com as sociedades indígenas que habitavam a região.

A França Equinocial tinha apoio da Coroa francesa e se instituiu sob a autoridade de Daniel de la Touche, fundador do povoado de Saint Louis, que seria apenas o território inicial de uma vasta extensão ocupada pelos franceses: desde o litoral maranhense até o espaço do que hoje é o atual Tocantins. Em 1615, os franceses foram expulsos pelas tropas lusitanas e o território ocupado por colonos portugueses que inseriram a cultura de açúcar na região. Em 1626, os franceses tomaram o território da contemporânea Guiana Francesa, e apenas aí tiveram êxito.

Se a França falhou na fundação de uma colônia duradoura na América Portuguesa, a Holanda teria mais êxito em sua tentativa. A relação entre Holanda e Portugal nem sempre foi tranquila, e quando da crise de sucessão da monarquia portuguesa, que entregava o trono português à Coroa espanhola, (ato conhecido como União Ibérica), Portugal assumiu, conseqüentemente, os inimigos da Coroa Espanhola, e entre eles estavam os holandeses. Com as duas Coroas unidas, os domínios coloniais também foram fundidos, ficando sob o comando da Casa Real espanhola, na dinastia que ficou conhecida como “filipina”.

Em 1604, os holandeses atacaram Salvador, imaginando que os portugueses não conseguiriam, pelo tamanho da costa, impedir a ação. Essa primeira tentativa falhou. Seria criada, então, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, em 1621, formada por capital do Estado e investidores privados, cujos objetivos eram a tomada das áreas açucareiras e o controle do mercado de escravos na África.

Finalmente, em 1624, a capital foi ocupada por um dia, mas retomada em seguida em ação coordenada por Matias de Albuquerque (governador português vigente), evitando, assim, que as fazendas de cana e os engenhos fossem tomados. Novo ataque aconteceu em 1627, mas o objetivo parecia ser apenas a pilhagem e não a ocupação da área.

Como não conseguiram ocupar a capitania da Bahia, os holandeses se voltaram para Pernambuco, que também era importante centro produtor de açúcar. Organizados, 7280 homens, em 65 embarcações, iniciaram o ataque em 1630, e Olinda foi ocupada pelos holandeses. Estes, por sua vez, investiram na colônia que acabavam de conquistar: Maurício de Nassau foi feito governador-geral do Brasil holandês e transformou substancialmente a área. Nassau restabeleceu os engenhos que haviam sido abandonados pelos colonos portugueses, recompôs o tráfico de escravizados, forneceu crédito e obrigou o plantio para subsistência da capitania. Além disso, Nassau se mostrou tolerante na questão religiosa.

A administração do Brasil holandês por Nassau trouxe bons feitos para a região, como a criação da Cidade Maurícia, melhorando a situação da população da região, que antes se via em péssimas habitações e sem acesso às devidas condições de higiene. Foi também sob sua supervisão que se construiu as três primeiras pontes de grande proporção no território colonial, e criou-se um espaço que recolhia espécies variadas de fauna e flora.

Embora Nassau tenha feito uma administração popular na região, acabou retornando à Europa em 1644, por conta das sucessivas pressões dos seus compatriotas. A partir daí, deu-se um declínio do chamado Brasil holandês, e as “guerras brasílicas”, que visavam à retomada do território pelos portugueses, prologaram-se até 1654, quando as tropas portuguesas finalmente retomaram o espaço invadido.

● **A Insurreição Pernambucana**

A relação entre Holanda e Portugal nem sempre foi tranquila e, quando da crise de sucessão da monarquia portuguesa, que entregava o trono português à Coroa espanhola — o que ficou conhecido como União Ibérica —, Portugal assumiu, conseqüentemente, os inimigos da Coroa Espanhola e, entre eles, estavam os holandeses. Com as duas Coroas unidas, os domínios coloniais também foram fundidos, ficando sob o comando da Casa Real espanhola, dinastia que ficou conhecida como “filipina”.

Em 1604, os holandeses atacaram Salvador, imaginando que os portugueses não conseguiriam, pelo tamanho da costa, impedir a ação. Essa primeira tentativa falhou. Seria criada, então, a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, em 1621, formada por capital do Estado e investidores privados, cujos objetivos eram a tomada das áreas açucareiras e o controle do mercado de escravos na África. Finalmente, em 1624, a capital foi ocupada por um dia, mas retomada, posteriormente, em ação coordenada por Matias de Albuquerque (governador português vigente), evitando, assim, que as fazendas de cana e engenhos fossem tomados. Novo ataque aconteceu em 1627, mas o objetivo parecia ser apenas a pilhagem e, não, a ocupação da área.

Como não conseguiram ocupar a capitania da Bahia, os holandeses se voltaram para Pernambuco, que também era importante centro produtor de açúcar. Organizados, 7.280 homens, em 65 embarcações, iniciaram o ataque em 1630 e Olinda foi ocupada pelos holandeses. Estes, por sua vez, investiram na colônia que acabavam de conquistar: Maurício de Nassau foi feito governador-geral do “Brasil holandês” e transformou, substancialmente, a área. Nassau restabeleceu os engenhos que haviam sido abandonados pelos colonos portugueses, recompôs o tráfico de escravizados, forneceu crédito e obrigou o plantio para subsistência da capitania. Além disso, Nassau mostrou-se tolerante na questão religiosa.

A administração do “Brasil holandês” por Nassau trouxe bons feitos para a região, como a criação da Cidade Maurícia, o que melhorou a situação da população da região que, antes, se via em péssimas habitações e sem acesso às devidas condições de higiene. Foi também sob sua supervisão que se construiu as três primeiras pontes de grande proporção no território colonial e se criou um espaço que recolhia espécies variadas de fauna e flora. Também foi durante a administração de Nassau que artistas passaram pelo nordeste. O holandês Frans Post, por exemplo, teve grande destaque ao representar paisagens de Pernambuco.

Embora Nassau tenha feito uma administração popular na região, acabou retornando à Europa em 1644, por conta das sucessivas pressões dos seus compatriotas. A insurreição tem início em 1645, quando os insurgentes liderados por Antônio Dias Cardoso derrotaram os holandeses no Monte das Tabocas, quando também conseguiram isolar os holandeses em Recife e Itamaracá.

Em 1646, em uma empreitada levada por mulheres camponesas, os holandeses são novamente derrotados na Batalha de Tejucupapo, sendo tal evento um marco histórico para as mulheres no Brasil. Com o incremento cada vez maior de exércitos portugueses e isolamento dos remanescentes holandeses, a Batalha dos Guararapes foi marco de sua expulsão.

Com a retomada portuguesa, os judeus, que tinham conhecido uma grande liberdade no período da ocupação, partem para Nova York, onde teriam papel relevante na política e na economia da cidade. Para evitar uma possível retaliação, Portugal indenizou a Holanda, que reconheceu o nordeste brasileiro como território luso.

A partir daí, deu-se um declínio do chamado “Brasil holandês” e as “guerras brasílicas”, que visavam à retomada do território pelos portugueses, prologaram-se até 1654, quando as tropas portuguesas finalmente retomaram o espaço invadido.

As Questões de Limites entre Portugal e Espanha e a Formação das Atuais Fronteiras do Brasil: Tratados de Madri, El Pardo, Santo Ildefonso e Badajoz

A configuração dos limites territoriais alterou-se bastante após o Tratado de Tordesilhas de 1494. Durante a União Ibérica, quando as possessões de Espanha e Portugal foram fundidas, o respeito aos limites do território deixou de ser levado a sério. Porém a atividade bandeirante e a atividade pecuária aumentavam o espaço ocupado por colonos ligados a Portugal. O Tratado de Utrecht, de 1713, teve como objetivo resolver esses problemas. Definiu que a Colônia de Sacramento, atual Uruguai, era posse portuguesa. O Tratado de Madri, de 1750, devolveu a Colônia de Sacramento aos espanhóis, enquanto estabelecia a região dos Sete Povos das Missões (atual Rio Grande do Sul), do atual Centro-Oeste e boa parte da Amazônia como posses portuguesas. Embora o Tratado de El Pardo, em 1761, tenha revogado o Tratado de Madri, o Tratado de Santo Ildefonso (1777) restabeleceu a decisão do Tratado de Madri. O Tratado de Badajoz, 1801, ratificou a Colônia de Sacramento como propriedade da Espanha.

AS REBELIÕES NATIVISTAS

Características; a Crise do Sistema Colonial Português; Principais Rebeliões Nativistas — Revolta de Beckman, Guerra dos Emboabas, Guerra dos Mascates e a Revolta de Vila Rica

● **Revolta de Beckman**

O descontentamento com o governador Francisco de Sá Meneses era grande: havia sua aparente apatia pela situação de miséria no Maranhão e, ponto fundamental, havia a legislação a respeito da escravização indígena, questão que se relacionava com a ação jesuítica. No dia 25 de fevereiro de 1684, liderados pelos irmãos Manuel e Tomás Beckman, os insurgentes tomaram a cidade de São Luís e instituíram uma junta de governo com representantes dos latifundiários, do clero e do povo.

Depois de conquistada a cidade, o movimento foi perdendo a adesão popular e terminou em 1685, com a chegada do novo governador Gomes Freire de Andrade e das tropas lusas, quando foi decretada a prisão dos principais líderes, pondo fim à revolta. Embora descontentes com as autoridades coloniais, os revoltosos não pretendiam, nesse movimento, romper com a Coroa portuguesa, não ainda.

● **Guerra dos Emboabas**

A Guerra dos Emboabas está inserida dentro daquilo que os historiadores chamam de “revoltas nativistas”, que implicam certo amor à pátria e desacordo com a metrópole. No início do século XVIII, o ouro foi descoberto na região das Minas e teve-se início o conflito entre **bandeirantes** paulistas e **emboabas** (termo que designava forasteiros), pela administração do território aurífero.

A Guerra dos Emboabas foi, sobretudo, uma contenda entre práticas e concepções políticas diversas: de um lado os paulistas e, de outro, os forasteiros. Não se pode reduzir o conflito apenas aos desejos de obtenção de terra e riqueza, existindo, ainda, questões sociais e políticas mais profundas.

Os descobridores do ouro, bandeirantes paulistas, acreditavam que mereciam tratamento especial, ou as chamadas mercês, pelos serviços prestados à Coroa, como o desbravamento do território e, conseqüente, a descoberta de metais preciosos; isso não ocorreu, o que gerou ressentimento por parte dos paulistas. A guerra terminou em 1709, após a Coroa apoiar os emboabas com o intuito de sufocar os revoltosos paulistas.

● **Revolta dos Mascates**

A revolta dos Mascates data de 1710 e faz parte de um conjunto de eventos que se caracterizam pela ruptura com a ordem colonial. O início do conflito se deu quando os comerciantes de Recife, apelidados pejorativamente de **mascates**, clamaram pela autonomia do povoado que era, até então, compreendido como porto de Olinda, cidade já em decadência. A elite açucareira de Olinda reagiu violentamente ao pedido de autonomia de Recife, convocando a população pobre e criando milícias.

A revolta durou menos de um ano. O grupo, formado majoritariamente pela população pobre e pela elite açucareira, marchou contra Recife, forçando o governador da capitania a fugir para a Bahia, o que deu aos revoltosos controle de boa parte da região por um tempo. O grupo de revoltosos, mais especificamente a elite de Olinda, incorporou à sua pauta o propósito de tornar Pernambuco independente, vislumbrando um regime republicano. Como plano alternativo, caso o plano de independência falhasse, concebeu-se a criação de um protetorado francês, o que nunca ocorreu, posto que a conjuntura delicada da França não tornava viável esse tipo de apoio.

Um ano depois, os comerciantes de Recife retomaram o controle da capitania após combaterem no interior com os revoltosos e receberem reforços de Lisboa. Ao final, os mascates saíram vitoriosos: a elite de Olinda foi derrotada, o controle da capitania recobrado, Recife foi transformada em vila, convertendo-se em sede da capitania de Pernambuco. Apesar do fracasso da revolta, pela primeira vez falou-se em autogoverno ou declarou-se a preferência pela forma republicana de governo, o que constituiu um marco importante.

● **Revolta de Vila Rica**

A motivação para a Revolta de Vila Rica, de 1720, é encontrada nas práticas fiscais aplicadas pela Fazenda Real. Os revoltosos intentavam obrigar a Coroa a suspender o estabelecimento das Casas de Fundição, locais onde o ouro era transformado em barras e nos quais retirava-se a parte referente ao pagamento das taxas da Coroa. O conflito se deu entre as autoridades metropolitanas e a elite socioeconômica da região.

Os revoltosos faziam ações de pilhagem na região, gritando frases que expressavam descontentamento com a administração. O governador da capitania reagiu com intensidade: fechou os caminhos de entrada de Vila Rica e prendeu os protagonistas do levante, enviando-os ao Rio de Janeiro. Felipe dos Santos foi executado por conta de sua oratória, que apoiava os revoltosos, tornando-o vítima do suplício público.

I **MOVIMENTOS PRÓ-INDEPENDÊNCIA NO BRASIL**

Caracterização; Influência Iluminista; Crise Econômica

D. José I, em 1750, colocou em prática as reformas de Estado de seu ministro, Marquês de Pombal. Destacam-se: criação do Erário Régio (controlar os gastos da Coroa), extinção das Capitânicas Hereditárias (1759), expulsão dos jesuítas e a instituição da derrama (para evitar as fraudes causadas com a cobrança do quinto, passou a exigir que os mineradores da colônia pagassem um valor fixo de 1500 quilos de ouro por ano).

Com a instituição da derrama e das imposições centralizadoras da Coroa, movimentos revoltosos e levantes se convertem em uma categoria mais organizada, robusta e de cunho separatista que buscava autonomia de regiões coloniais. Exemplos são a Conjuração Mineira (1788-89), que sob os ideais do iluminismo buscava a independência de Minas Gerais e fundação de uma república; e a Conjuração Baiana (1798), com ideais e propostas semelhantes à mineira, além da luta pela abolição da escravidão. As guerras de independência dos Estados Unidos (1776) e do Haiti (1790) também surgiam como símbolos de emancipação da colônia.

Com a invasão napoleônica à Espanha e a prisão do rei em 1807, D. João viu a possibilidade de o Império Português entrar em colapso, como começava a ocorrer com o Império Espanhol. Sendo assim, em um acordo com a Inglaterra, “escondido” da França, D. João partiu com a Família Real para o Brasil (1808), onde pretendia manter a unidade de seu império e fugir da prisão pelo exército napoleônico.

Em terras brasileiras, o então príncipe regente deu fim ao Pacto Colonial (abrindo os portos para a Inglaterra), criou a Imprensa Nacional, a Biblioteca Nacional, o Banco do Brasil, além de outros órgãos administrativos, como a junta de Comércio e o Conselho da Fazenda.

Em 1815, o Brasil foi elevado a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Dois anos depois, nasceu em Pernambuco o primeiro grande movimento pela independência do Brasil: a Revolução Pernambucana, que reunia oficiais, negociantes liberais e padres.

Em Portugal, eclodiu, em 1820, a Revolução Liberal do Porto, que exigia uma nova constituição e o retorno de D. João VI à Europa. Em meio à formação das Juntas Constitucionais (nas quais o Brasil também possuía representantes), D. João deixa seu filho, D. Pedro, como príncipe-regente, e volta para Portugal.

Durante 1822, houve diversos movimentos de oposição a Portugal, principalmente no Grão-Pará e na Bahia. Entre diversas tendências, venceu aquela que defendeu a construção de um Estado independente, que mantivesse a escravidão e o poder das elites econômicas. Assim, a liderança de D. Pedro em 7 de setembro de 1822 era a garantia mais próxima da unidade em uma imensa porção de terra marcada por regionalismos e profundas diferenças sociais. As elites temiam que uma agitação social incluísse pobres e escravizados, que eram 80% da população.

Principais Movimentos Pró-Independência: Inconfidência Mineira e Conjuração Baiana

● **Inconfidência Mineira**

Formada por um grupo eclético e aliada à elite econômica de Minas, homens e mulheres contestaram as relações coloniais, planejando um levante armado que declararia Minas uma **República**. No grupo, havia cônegos eruditos, poetas, professores, inúmeros homens de letras e membros da elite econômica. As pessoas envolvidas na Inconfidência apontavam para a diversidade das atividades desenvolvidas em Minas e, portanto, para a possibilidade de autossuficiência da capitania.

O que levou esse grupo a de fato considerar a rebelião foi a articulação de fatores político-administrativos, econômicos e culturais. A política metropolitana continuava a taxar a capitania e seus habitantes, sem considerar que a produção aurífera havia decaído, insistindo na imposição da “derrama” (cobrança de impostos atrasados). Além disso, a administração ficava quase inteiramente fora das mãos da elite local, o que causava desagrado.

Supõe-se que a Conjuração começou a tomar forma na década de 1780, sendo que o projeto de autonomia das Minas foi formalmente debatido em reuniões locais apenas em 1788. Na metade da década de 1780, falava-se de uma “República Florente” e evidenciava-se a capacidade de Minas de se tornar soberana.

Tiradentes foi o mais ativo propagandista das ideias da Conjuração: eloquente orador, fez ideias de autonomia circular por redes que aglutinavam diferentes segmentos sociais, e esse é um fator essencial para a compreensão da punição severa que esse personagem sofreu.

A Conjuração teria início com um motim, que deveria ocorrer no mês de fevereiro, em Vila Rica, no momento de imposição da derrama. Se saíssem vitoriosos, os conjurados irromperiam a rebelião por toda a capitania, declarando a independência de Minas e a implementação de uma República.

Os conjurados observavam atentamente a Revolução Americana e procuravam aprender com a movimentação que acontecia no norte do continente, entrevendo as possibilidades de uma República Confederada. Pretendia-se exaurir a Corte e fazê-la negociar; contudo, Minas se viu sozinha, tanto na colônia, como no cenário internacional. A Conjuração foi denunciada por Joaquim Silvério dos Reis, ativo participante da conjuração, que delatou a ação para receber o perdão das muitas dívidas que tinha com a Coroa.

Feita a delação, ocorreram seis denúncias, a derrama foi suspensa, os conspiradores foram presos e abriu-se a “devassa”, busca por provas que iriam constituir os autos do processo da Conjuração Mineira. Ao final de três longos anos, os conjurados considerados culpados foram degradados para a África, houve o sequestro de seus bens e alguns foram condenados à forca. Quanto a Tiradentes, sua pena foi aplicada pela Coroa de modo a ser exemplar e espetacular, ficando por muito tempo na memória dos colonos: foi enforcado no Rio de Janeiro, seu corpo foi esquartejado e salgado e os pedaços ficaram em exibição em pontos estratégicos do Caminho Novo, sendo sua cabeça exposta no centro de Vila Rica.



Tiradentes Esquartejado, Pedro Américo.

Fonte: Wikimedia Commons.

● Conjuração Baiana

A **Conjuração Baiana** ou **Revolta dos Alfaiates** (1798) teve um caráter mais popular. Participaram dela artesãos, alfaiates, soldados e trabalhadores negros, além de alguns escravos.

Desde que a Coroa transferira a sede do governo colonial para o Rio de Janeiro, em 1763, iniciara-se um processo de declínio socioeconômico e político de Salvador. Em 1797, a alta dos preços dos produtos levou a uma série de incidentes nas ruas da cidade,

pois soldados e populares invadiram repetidas vezes os armazéns para roubar carne e farinha. As ideias contrárias à opressão colonial encontraram um clima favorável para serem aceitas.

Em agosto de 1798, apareceram afixados nas paredes das casas, igrejas e lugares públicos de Salvador vários panfletos manuscritos direcionados ao “povo baiano”, propondo a instalação da “República Baiana”. Os revoltosos queriam que todos aderissem ao novo regime e que as autoridades metropolitanas fossem depostas. Na proposta aparecia também a pretensão de abolir a escravidão e instaurar a liberdade de comércio.

Não faltaram, porém, os traidores. O movimento foi delatado ao governador que imediatamente ordenou a prisão dos conjurados. No dia 7 de novembro de 1799, foi pronunciada a sentença. Entre os conjurados, encontra-se Cipriano Barato, que foi absolvido, enquanto outros participantes foram condenados ao degredo na África. Lucas Dantas, Luís Gonzaga, João de Deus e Manuel Faustino foram condenados à morte na forca e esquartejados.

BRASIL IMPÉRIO

O PERÍODO JOANINO

A Transferência da Corte Portuguesa para o Brasil; O Governo de D. João VI no Brasil: Política Interna e Externa; a Revolução do Porto e Partida da Família Real

Quando a corte portuguesa embarcou, fugindo estrategicamente de Lisboa em novembro de 1807, o fez porque tinha consciência dos acontecimentos recentes na Europa, em um momento em que o expansionismo de Napoleão Bonaparte parecia irrefreável.

Uma experiência ainda mais próxima de Portugal acendeu para a monarquia o sinal vermelho e mostrou que os prognósticos eram corretos: o rei espanhol, Fernando VII, foi deposto do trono por Napoleão, em maio de 1808.

A fuga da corte portuguesa foi um sucesso em curto prazo; contudo, a longo prazo ocasionou uma quebra de legitimidade do Império português em um momento em que os ares eram revolucionários.

A presença da corte no Brasil causava incômodo em algumas parcelas da população; o exemplo mais evidente desse desconforto foi a **Revolução Pernambucana**, que estourou na província de Pernambuco, em 1817. Antes da chegada da corte, em 1808, essa província ligava seu comércio diretamente a Portugal, posto que as dificuldades logísticas – como rotas terrestres ou fluviais – impediam o estabelecimento de relações com o Rio de Janeiro. Somava-se ao fim desses benefícios concedidos ao comércio pernambucano um período de graves secas e crises de abastecimento.

O movimento revolucionário pautava a necessidade de se combater a crise e recuperar os benefícios comerciais, assim como a possibilidade de se romper com a monarquia. Em partes, e por um curto período, os revoltosos – homens livres, escravizados, ricos e pobres – saíram vitoriosos, uma vez que conseguiram destituir o governo de Pernambuco e instalar brevemente uma república; entretanto, foram violentamente reprimidos com prisões e condenações em praça pública.